

REGISTRO E BOLSA-PESCA TROCADOS POR VOTO

Antes de eleição, 3 mil licenças foram solicitadas por políticos

LEANDRO NOSSA
MIKAELLA CAMPOS
PATRIK CAMPOREZ

A rede de corrupção na pesca, suspeita de desviar R\$ 140 milhões em seguro-defeso só no Espírito Santo, tem ramificações na política e no serviço público. De Norte a Sul do Estado, associações e colônias funcionam como braços políticos que barganham favores e beneficiam falsos pescadores em troca de votos e de vantagens financeiras. Alguns envolvidos também mantêm laços com servidores federais, que facilitam a emissão de carteiras de pescador e o pagamento da bolsa-pesca.

Em 2012, às vésperas das eleições municipais, candidatos a vereador de alguns municípios capixabas, entre eles presidentes de colônia, dedicaram-se ao trabalho de despachantes para requerer junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) aproximadamente 3 mil carteiras de pescador artesanal, documento obrigatório para ser atendido com o seguro-defeso.

O volume de pedidos representa 85% dos requerimentos feitos em 2012. O movimento atípico chamou a atenção de técnicos da superintendência do MPA no Estado, que rejeitaram todas as solicitações. Apesar da negativa, alguns requerimentos foram reavaliados e deferidos de maneira obscura, sem consentimento dos fiscais. Agora, as circunstâncias da aprovação são alvo de apuração interna, segundo o superintendente-adjunto do MPA, Auler Neves.

Aligação dos pagamentos do seguro-defeso e das carteiras de pescadores com políticos foi denunciada à Polícia Federal em 2009. As investigações sobre as fraudes correm em sigilo, mas documentos



Suspeita de fraude

A presidente da Colônia de Guarapari, Marlene Carneiro, conhecida como "Pretinha", é suspeita de cadastrar laranjas como pescadores. Ela foi presa ano passado pela Polícia Federal sob a acusação de ser uma das idealizadoras da fraude do seguro-defeso. Marlene nega envolvimento com o esquema.



Acusada de "rachid"

Marlene Barros, mãe de Pretinha, também foi presa. Ela é acusada de atuar como despachante e é suspeita de inscrever falsos pescadores no seguro. Como recompensa, Marlene, de acordo com as investigações, ficava com parte das parcelas da bolsa, uma espécie de "rachid" da pesca. Ela nega as acusações.



Valdecir Nogueira, de São Mateus, diz que "politicagem é comum para conseguir o seguro"

aos quais A GAZETA teve acesso mostram que os envolvidos pressionavam falsos e reais pescadores para não votarem em candidatos que atrapalhariam o sistema.

As solicitações fora do comum e as liberações de seguro-defeso foram feitas por líderes de associações que se candidataram ou trabalharam como cabos eleitorais em 2012. Na Serra, um dos supostos articuladores era o então presidente da colônia, Adwalter Lima, o Frank, que morreu no início de maio por problemas de saúde. Candidato a vereador em 2012, ele é investigado como um dos possíveis cabeças dos desvios.

Em entrevista ao jornal, na sede da Colônia da Serra, no dia 15 de abril, Frank disse que as irregularidades na concessão da bolsa são casos isolados. "Qual o problema de um pescador do Sul do Estado procurar a agência da Serra para emitir o benefício? Não há irregularidade nisso. As colônias não cometem as fraudes", explicou.

Dois vereadores eleitos em 2012, Regina Viana (PSDB), em Itapemirim, e Bruno da Pesca (SDD), de Marataízes, são investigados pela Superintendência da Pesca por suposto beneficiamento.

SERVIDORES

Serra, Guarapari, Marataízes e Itapemirim são o centro da fraude. Durante as investigações, chegaram a ser presas cinco pessoas, que já foram soltas. Entre elas a presi-

dente da Colônia de Guarapari, Marlene Carneiro, e a mãe dela, Marlene Barros. Ainda foram detidos um funcionário da agência do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Haroldo Gonçalves Pereira, e a mulher dele, Sheila Cristina Gramelick Gonçalves Pereira, diretora da Colônia da Serra.

As fraudes na confecção das carteiras de pescador e na liberação do seguro não é segredo. Na Colônia de Guarapari há um cartaz alertando que quem auxiliar no cadastro de um falso pescador "se responsabilizará junto à Polícia Federal".

Marlene, conhecida como "Pretinha", é suspeita de cadastrar laranjas como pescadores e, com isso, receber parte das parcelas que eles poderiam ganhar com o seguro-defeso. "Aqui na colônia, o delegado da PF orientou a não ficar com a documentação e não dar entrada no seguro, deixar isso com o pescador. Agora, que a Justiça vai começar a julgar, verá que não era eu, ou minha mãe, que expedía esses documentos".

Marlene, a mãe de Pretinha, é apontada pela PF como uma intermediadora dos cadastramentos de beneficiários. As investigações apontam que ela recebia o auxílio e ficava com parcelas do seguro-defeso dos laranjas e dos pescadores registrados por ela. Ela nega participação no esquema. "Eu atuo como despachante, com procuração, dando entrada nos documentos, e cobro uma ta-

FOTOS: FERNANDO MADEIRA



Vans são fretadas para facilitar acesso à carteira

Veículos são bancados por despachantes e políticos interessados no dinheiro e no voto dos falsos pescadores

Despachantes e políticos, principalmente em período eleitoral, fretam até vans para conduzir “candidatos a pescadores” ao Ministério da Pesca para emissão de carteira. Os veículos também eram alugados até o ano passado para levar os segurados às agências do Ministério do Trabalho e Emprego, quando o órgão era o responsável por realizar os processos do seguro-defeso, hoje uma tarefa desempenhada pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

De Norte a Sul do Estado, são poucas as colônias que não têm ligação com políticos. Em época de eleições, como a de 2012, o número de pedidos chega a triplicar. Como boa parcela dos pescadores não teve oportunidade de estudar e tem dificuldade de mexer com a papelada, a figura do despachante torna-se conveniente para facilitar a liberação das carteiras e do seguro-defeso. Muitos políticos assumem essa função para ganhar a simpatia de eleitores e votos.

Além do pescador, a colônia também tem autorização para representar os pescadores na emissão e atualização da carteira de pescador e de conduzir o pedido da bolsa-pesca.

“Não podemos dizer que todo presidente de colônia está envolvido com fraudes, mas a maioria tem ciência de quem é ou não é pescador, e acaba oferecendo documentos que são usados para solicitar indevidamente o seguro-defeso”, explica o delegado da PF, Everton Oliveira Manso. Ele é coordenador das investigações sobre a fraude do auxílio no Sul do Estado. A

Superintendência da PF, em Vila Velha, conduz outro inquérito sobre os mesmos crimes na Grande Vitória.

O pescador Valdecir Alvarenga Nogueira, 52 anos, explica que a politicagem é comum para facilitar a liberação do seguro. “Aqui tem gente que não sabe nem pegar um peixe, mas que recebe o defeso. Também tem gente que nunca vai para o mar e se aposenta como pescador. Por outro lado, se nós, que somos pescadores, vamos pedir o benefício com uma roupinha mais nova, já acham que a gente é marajá. Vivo da pesca há 20 anos em Barra Nova, São Mateus. Outro problema aqui são as promessas de políticos. Eles vêm na eleição, mas nunca voltam para melhorar nossa vida”, conta.

O Sul do Estado é onde houve mais solicitações de carteiras de pescador. Somente na região, foram mais de 1,5 mil pedidos realizados por candidatos a vereador ligados à pesca.

A Superintendência da Pesca analisa requerimentos que supostamente foram coordenados pela vereadora de Itapemirim Regina Viana (PSDB), eleita, em 2012, com 564 votos, e também por Bruno Machado Costa, o Bruno da Pesca (SDD), vereador de Marataízes. Os dois trabalharam na Secretaria da Pesca das cidades onde moram.

Regina nega ter trabalhado como despachante. “O próprio pescador faz a solicitação. Nunca fiz esses pedidos, apenas intercedo por pescadores que têm a carteira cancelada”.

Bruno da Pesca já foi pescador e, em 2008, recebeu seguro-defeso da lagosta. O nome dele foi levado à Polícia Federal pelos denunciadores da suposta fraude. Eleito com 570 votos no último pleito, Bruno também diz nunca ter auxiliado no cadastro de reais e falsos pescadores. “Não tenho procuração de nenhum pescador para fazer os pedidos. Por ter sido secretário da Pesca, dei esclarecimentos voluntariamente à PF e não tenho nada a esconder”.

xa de R\$ 80 pelo serviço, mas não fico com o benefício”, contou.

Marlene, Pretinha, Frank, Haroldo e Sheila são acusados pela polícia de formar uma organização criminosa para burlar o sistema do MTE para realizar emissões de seguro-defeso irregularmente.

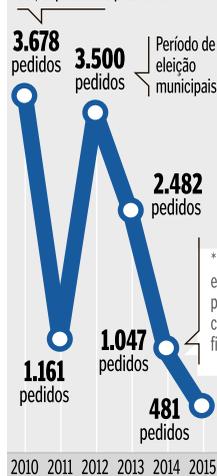
A senha de acesso ao programa do governo federal, em posse de Haroldo, foi usada de forma simultânea na agência do MTE na Serra, nas colônias do município e de Guarapari, segundo as investigações. Dois mil seguros-defeso foram emitidos, inclusive, sem documentação e sem que pescadores comparecessem à unidade do Ministério do Trabalho. A maioria dos requerentes morava em Marataízes, Guarapari e Itapemirim.

Haroldo também nega ter envolvimento com o esquema. Segundo o servidor, as denúncias contra ele tratam-se de perseguição da Superintendência do MTE. O funcionário público explica que, quando foi preso, estava há um ano e meio afastado do setor do seguro-defeso. O servidor disse que ele mesmo usou a senha do MTE nas colônias para apenas digitar as solicitações do seguro-defeso. Afirmou ainda que sempre pediu documentação aos pescadores. Ele se diz vítima de uma conspiração. “Se eu tivesse roubado o dinheiro, eu teria hoje um R\$ 1 milhão na conta”. Sheila preferiu não falar com a imprensa, mas Haroldo negou a participação dela na fraude.

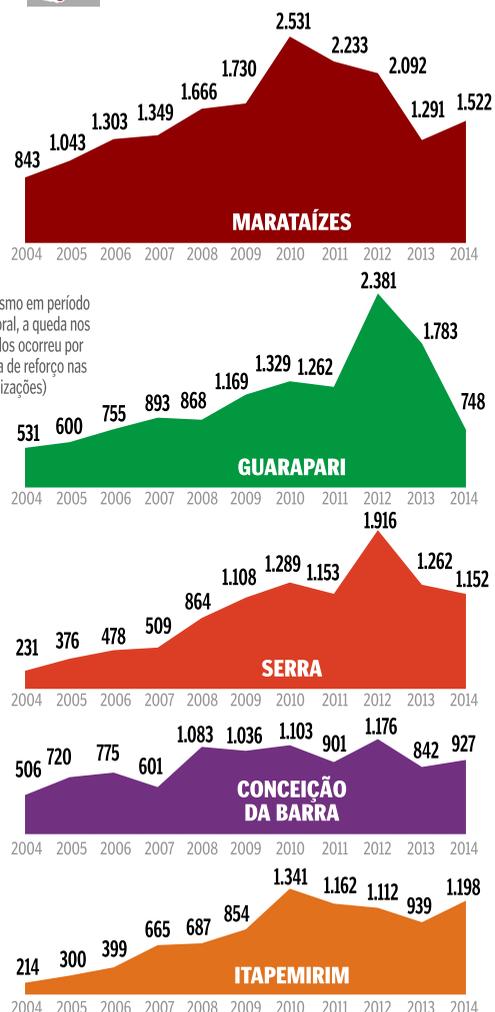
Municípios investigados concentram emissão de seguro-defeso

PEDIDOS DE CARTEIRA DE PESCADOR CRESCEM EM ANO ELEITORAL

Período de eleição para governador, deputados e presidente



Em 10 anos, **101.805** benefícios foram liberados em todo o Estado para cerca de **20 mil** pescadores; **58.801** só nestas cinco cidades



Carteira de pescador e seguro-defeso

A carteira de pescador (Registro Geral da Pesca) não oferece ao profissional artesanal o direito imediato ao seguro-defeso, mas documento é essencial para trabalhador comprovar que exerce a atividade

Fonte: Transparência do governo federal e Ministério da Pesca

A Gazeta | Editoria de Arte | Geniço

“No Sul, envolvidos na fraude do seguro-defeso formaram um grupo organizado com a intenção de lucrar com o benefício”

— **EVERTON OLIVEIRA MANSO**
DELEGADO DA PF

gazetaonline.com.br

Confira vídeos das entrevistas e infográficos sobre o seguro-defeso

ontem

Investigação jornalística mostra desvios milionários com o bolsa-pesca

amanhã

Mesmo na mira da polícia, rede criminosa planejava continuar golpe